

CONSOLIDAÇÃO E/OU DESCONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA: UMA REVISÃO TEÓRICA

Ana Caroline Salvalajo Dechiche¹, Éder Rodrigo Gimenes², Renata Andrade de Oliveira³

¹ Acadêmica do Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá – UEM. anadechicheadv@hotmail.com

² Orientador, Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social, Doutor em Sociologia Política, EAD/Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Participação Política, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá/PR. eder.gimenes@unicesumar.edu.br

³ Coorientadora, Docente do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, Doutora em Sociologia Política, EAD/Universidade Cesumar – UNICESUMAR. renata.deoliveira@unicesumar.edu.br

RESUMO

Este artigo propõe uma revisão das principais teorias formuladas pelos autores que investigam o fenômeno sóciopolítico da desconsolidação democrática, o qual vem se manifestando mundialmente entre as democracias de longa data. Tendo em vista o declínio na estabilidade democrática nas últimas três décadas, na América do Norte e na Europa Ocidental, especialmente com relação à confiança nas instituições políticas, Parlamentos e nas Cortes, questiona-se a expectativa de durabilidade da consolidação. Com isso, verificamos que o processo de desconsolidação está condicionado aos comportamentos políticos da população, sendo elemento imprescindível para a ruptura democrática. Portanto, a compreensão do tema perpassa a análise e entendimento da cultura política, bem como seu papel diante da construção das orientações subjetivas dos cidadãos em relação ao regime democrático. A relevância deste estudo é a possibilidade de aprofundar e contribuir com as pesquisas sobre legitimidade e qualidade democrática

PALAVRAS-CHAVE: Ciência Política; Legitimidade democrática; Regimes políticos; Cultura Política; Confiança institucional.

1 INTRODUÇÃO

O movimento de questionamento sobre processos de crises ou de desconsolidação das democracias vem se manifestando como um fenômeno mundial e tem sido investigado por com mais profundidade nos últimos anos. Na literatura internacional, destacam-se textos que tratam da morte das democracias (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), de sua desconsolidação (FOA; MOUNK, 2017a) ou de seu enfraquecimento junto à população (MOUNK, 2019), ao passo que autores nacionais destacam pontos de atenção ao funcionamento do regime ou mesmo à sua persistência (BAQUERO, 2001; AVRITZER, 2016; SANTOS, 2017; MIGUEL, 2019).

Cabe destacar que o termo desconsolidação tornou-se mais utilizado após a publicação da edição de 25 anos do Journal of Democracy, em que, com exceção de algumas dissonâncias de Levitsky e Way (2015) e Schmitter (2015), buscou apresentar trabalhos de autores como Diamond (2015), Fukuyama (2015), Kagan (2015) e Plattner (2015) que buscavam apresentar enfoques e evidências para apontar um declínio em número, desempenho, predomínio geopolítico e atratividade das democracias no mundo. Após isso, Foa e Mounk (2016; 2017a) em seus estudos sobre as democracias, passaram a identificar possíveis riscos aos regimes democráticos, utilizando o termo desconsolidação. Ainda que alguns autores utilizem termos distintos em suas pesquisas, como erosão, morte, declínio, desdemocratização e retrocesso democrático, aqui, os reunimos como autores de um processo único que tratamos como desconsolidação dos regimes democráticos.

O presente artigo tem como objetivo pretende delinear o fenômeno sociopolítico da desconsolidação das democracias modernas, através da compilação dos principais teóricos sobre o tema e análise comparativa de suas teorias.

Cabe destacar que este artigo trata de aspectos pertinentes à conformação do quadro teórico da dissertação de Mestrado em Ciências Sociais intitulada “Adesão à

democracia e legitimidade do regime do Brasil”, em fase final de revisão para submissão e arguição de banca avaliadora.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, que consiste na identificação, leitura, interpretação e elaboração de quadro teórico-conceitual baseado em artigos científicos, livros e outras produções acadêmicas específicas relacionadas à temática, com vistas à promoção de conhecimento e aprendizado mais aprofundado (PIZZANI *et al.*, 2012).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por se tratar de tema amplo e ainda pouco explorado pela literatura nacional, a discussão decorrente da revisão bibliográfica esboçada neste artigo é composta por duas seções. Na primeira, expomos a discussão teórica sobre o fenômeno da desconsolidação e a descrição de seus principais indicadores. Na segunda, apresentamos o papel fundamental da cultura política diante dos processos de desconsolidação democrática, considerando principalmente a corrente culturalista e o apoio dos cidadãos em relação ao governo como requisitos fundamentais para sua manutenção.

3.1 OS RISCOS À DEMOCRACIA SOB A PERSPECTIVA INSTITUCIONAL

A partir da Segunda Guerra Mundial, a democracia ganhou uma legitimidade universal, a ponto de, no Ocidente, ser visto como único regime político capaz de garantir a aceitação dos governados (MIGUEL, 2014). A ideia teoricamente construída sobre a consolidação da democracia possui uma forte crença sobre a existência de um único caminho possível para um país se tornar democrático. Contudo, ao longo dos últimos anos, esta perspectiva enfrenta alguns tensionamentos, já que mesmo que estejam asseguradas algumas condições imprescindíveis para uma democracia, esta não está a salvo de retrocessos (LINZ, 1990; STEPAN, SKACH, 1993; INGLEHART, 2016; FOA; MOUNK, 2017b).

Uma das maneiras de derrotar uma democracia é por meio de golpes rápidos e facilmente visíveis, como a tomada de poder por Pinochet após o bombardeio ao palácio presidencial. Esta é a forma mais recorrente quando se imagina a morte das democracias, rápida e militarizada, como ocorreu em outros países, como Argentina, Grécia, Gana, Guatemala, Nigéria, Paquistão, Peru, República Dominicana, Tailândia, Turquia, Uruguai, e no próprio Brasil, em 1964. No entanto, há outra maneira menos dramática: os próprios políticos utilizam dos mecanismos democráticos para serem eleitos e minam o funcionamento de suas instituições de forma lenta e gradual, em etapas imperceptíveis para parcela da população, como foi o caso de Hitler na Alemanha e de Hugo Chávez na Venezuela (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Um ponto fundamental para o sucesso ou fracasso da ruptura está relacionado ao nível de confiança nas instituições, que impacta na adesão à democracia e na legitimidade do regime (ALMOND; VERBA, 1963; EASTON, 1975; PUTNAM, 1995). O declínio da confiança política combinado com queda na participação convencional estariam abrindo caminho para o populismo e políticas instáveis, cenário que se verifica em democracias liberais onde são identificados sinais de instauração ou apoio popular aos governos autoritários (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; BOTELHO; OKADO; BONIFÁCIO, 2020).

Ademais, políticos demagogos surgem de tempos em tempos nas sociedades, mesmo nas democracias consideradas estáveis. Assim, quando um candidato com

inclinação e aspiração a ser ditador consegue chegar ao poder, a democracia é colocada em xeque diante das possibilidades de subversão do líder às instituições democráticas ou seu enfrentamento, como é o caso de Donald Trump nos Estados Unidos.

Nesse sentido, as instituições, de forma isolada, são insuficientes para conter os autocratas eleitos, precisando da defesa dos partidos políticos e cidadãos organizados, além de normas democráticas robustas. Caso contrário, os freios e contrapesos constitucionais não servem como baluartes da democracia, principalmente, com o aparelhamento de agências neutras e tribunais que são utilizados como armas contra o regime (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Nesse sentido, questionamos a partir da perspectiva teórico-analítica dos referidos autores: Se a presença de líderes populistas e inclinados a regimes ditatoriais não é algo novo, o que difere o contexto atual de desconsolidação e os anteriores?

O diferencial do processo de desconsolidação das democracias é que este é iniciado nas urnas, o que geraria um paradoxo: a via eleitoral para o autoritarismo se utiliza dos próprios aparatos democráticos, gradualmente, legalmente e de forma sutil, para enfraquecer a democracia, sendo os regimes desconsolidados a partir de líderes que subvertem as instituições democráticas. Em muitos casos, o discurso que elege tais candidatos é baseado no aperfeiçoamento da democracia, seja por meio de ações como tornar o Judiciário mais eficiente, intensificar o combate à corrupção ou censurar de modo velado as publicações da imprensa. Como não há um momento único dessa crise, a maior parte dos cidadãos não compreende imediatamente os sintomas, sendo que os denunciadores dos abusos de poder podem ser vistos como alarmistas e descartados. Portanto, não se trata de um golpe imediato, mas de um processo de desconsolidação que é realizado paulatinamente através do uso das instituições democráticas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Tendo em vista esses novos aspectos, diversos pesquisadores internacionais e nacionais dedicam-se em analisar o fenômeno da desconsolidação democrática nas democracias modernas e mapear seus principais indicadores. Autores como Foa e Mounk (2016; 2017b) investigam de forma mais aprofundada a possibilidade de desconsolidação a partir de uma perspectiva comparada. Ainda que tenham como parâmetro o regime estadunidense, destacam uma tendência global do fenômeno com base em dados coletados em países europeus como Alemanha, Rússia, Espanha, Polônia e Turquia, como também, pesquisas de opinião pública realizadas na Venezuela. Com o objetivo de analisar as diferentes circunstâncias que uma democracia poderia vir a fracassar, ressaltam que um dos sinais mais importantes para detectar o caminho da desconsolidação é a observação dos níveis de confiança política na democracia e em suas instituições, de modo que apontam que o descrédito da legitimidade do regime perante a população abre as portas para alternativas autoritárias.

Diante disso, os autores argumentam que o fenômeno da desconsolidação democrática dificilmente seria detectado nos índices *Polity* e o da *Freedom House* medidas amplamente utilizadas pelos pesquisadores para medir o nível de democracia em que um país se encontra em um determinado momento, sendo que cada uma dessas medidas utiliza critérios específicos de avaliação. Como justificativa, afirmam que essas classificações avaliam um ponto determinado no espaço temporal, ao passo que os processos de consolidação e de desconsolidação estão atrelados à durabilidade da democracia no transcorrer do tempo. Isto quer dizer que, para identificar o fenômeno da desconsolidação, não podemos analisar apenas um ponto no tempo, por exemplo, a alta na insatisfação da população com o Estado de Direito ou com as eleições livre e justas, já que um sinal de instabilidade em um momento específico na história de um país não significa de imediato que haja ameaça à democracia. Todavia, se há a persistência desse

aspecto com o passar do tempo, somado à ascensão populista e ao ceticismo sobre os governos, então observamos indícios de um processo de desconsolidação democrática.

Foa e Mounk (2016; 2017a) concluem que a estabilidade democrática é observada quando a maioria de seus cidadãos se identificam e possuem valores democráticos, rejeitam alternativas autoritárias e apoiam candidatos ou partidos que se encontram profundamente comprometidos com os valores e instituições democráticas. Por outro lado, quando temos entre os cidadãos descontentes uma parcela de desconfiados com relação ao regime, que se atraem por alternativas autoritárias e surgem líderes demagogos e candidatos antissistema, pode-se dizer que a democracia está se desconsolidando.

Com uma das obras de maior destaque na Ciência Política nos últimos anos, Levitsky e Ziblatt (2018) também analisam a desconsolidação dos regimes democráticos. Mesmo com uma perspectiva comparada, vão um pouco além de Foa e Mounk (2016; 2017a) ao traçarem uma análise histórica da política dos Estados Unidos, destacando o comportamento político, o modo de agir dos autocratas, do *establishment* e da própria sociedade no caminho para a estabilidade ou ruptura do regime democrático. Um dos pontos mais impactantes da obra é afirmar que mesmo as democracias estáveis e de longa data podem vir a morrer, o que desmistifica a ideia de que a consolidação da democracia como regime preferencial seria um caminho de sentido único.

Levitsky e Ziblatt (2018) apresentam duas perspectivas que pode levar à morte das democracias. A primeira, por meio de conflitos armados, golpes de Estado clássicos, rápidos e facilmente visíveis, acarretando em mudanças drásticas no regime político, como, por exemplo, o que ocorreu no Brasil na década de 1960.

Já a segunda, mais pertinente para o nosso objetivo de pesquisa, de forma sutil e sistemática, em decorrência da popularidade e chegada de líderes autoritários ao poder, por meios legalmente legítimos, como as eleições. São exemplos dessa perspectiva, Hitler e Mussolini, candidatos *outsiders* com discursos ultranacionalistas de viés autoritário, que contavam com enorme popularidade entre seu eleitorado, composto em sua maioria, por apoiadores descontentes com os rumos da política do país, favorecendo que utilizassem a lei ao seu favor para contínua ampliação de seus poderes, minando e enfraquecendo cada vez mais o funcionamento das instituições democráticas e, conseqüentemente, a própria democracia.

Com isso, na tentativa de traçar o perfil desses autocratas que representam riscos ao regime, tomando a figura de Donald Trump e o cenário estadunidense como referência, os autores elaboraram quatro indicadores de comportamentos autoritários que podem, em alguma medida, inserir o país no processo sócio-político de desconsolidação lenta da democracia: [1] Rejeição às regras democráticas ou compromisso débil com elas, contrapondo aspectos procedimentais da democracia, como as eleições livres, diretas e multipartidárias; [2] Tolerância ou encorajamento da violência, por meio de atos como enaltecer eventos, grupos, líderes políticos nacionais ou estrangeiros responsáveis por grandes violações aos direitos humanos, conexão com paramilitares (cidadãos armados, fardados, mas não pertencem às Forças Armadas), milícias e gangues; [3] Negar a legitimidade dos oponentes políticos, como acusar seus oponentes políticos de serem criminosos, subversivos, antipatriotas, colaboradores de governos estrangeiros, por vezes pobres e autoritários; e [4] Restrição da liberdade civil de seus opositores ou minorias. Tais indicadores não são cumulativos, mas complementares, e quanto mais indicadores, maior o risco à democracia (LEVITSKY, ZIBLATT, 2018).

Além de estudos nos Estados Unidos e Europa, existem aqueles que focam na América Latina, como Botelho, Okado e Bonifácio (2020), os quais realizaram uma análise longitudinal do declínio da democracia na região a partir de revisão da literatura sobre o tema e testes estatísticos com as rodadas do *Latinobarómetro* de 2002, 2009, 2016 e 2018

e do projeto *Varieties of Democracy* (V-DEM), que mensura aspectos da democracia a partir dos princípios eleitoral, liberal, participativo, deliberativo e igualitário.

Os autores concluíram que após 45 anos da chamada terceira onda de democratização e ao menos três décadas desde as transições para a democracia em muitos países latino-americanos, os indicadores utilizados - apoio ao regime e confiança nas instituições representativas – e o Índice de Democracia Liberal (IDL) atingiram ou voltaram a apresentar os piores resultados já encontrados desde a década de 1990, havendo relevante ascensão ininterrupta e acentuada de forças políticas e líderes autoritários entre 2009 e 2018. Ainda, constataram que a maioria dos perfis democráticos ambivalentes ou autoritários são compostos por pessoas jovens de baixa escolaridade, desconfiadas e insatisfeitas com a democracia e suas instituições (BOTELHO; OKADO; BONIFÁCIO, 2020).

Os achados sobre a América Latina foram de grande importância para compor os estudos que tentam explicar a tendência desse fenômeno sócio-político composto por perfis políticos autoritários ou ambivalentes, fortalecimento das forças políticas e líderes com discursos autoritários que ameaçam liberdades individuais, insatisfação com o regime, a queda da confiança da população nas instituições democráticas em diversas instâncias - desde Câmaras Legislativas até partidos e políticos – e o apoio às alternativas autoritárias.

Na mesma esteira, Baquero (2001) pensando o caso brasileiro, considerava, já há duas décadas, o fenômeno como uma forma de avaliar a saúde do regime democrático de determinado país e apontava sinais de crise na representação política do sistema neoliberal, de modo que, ao analisar a formação de crenças e atitudes da sociedade brasileira, identificou a presença de uma cultura política desafeta à participação, onde o modelo neoliberal teria estabelecido padrões de comportamento em que os cidadãos e as autoridades públicas se tornaram indiferentes à continuidade de um conjunto de procedimentos comprometidos com a construção democrática efetiva no país, o que levaria a um regime democrático permanentemente instável.

Nesta perspectiva, Santos (2017), Miguel (2019) e Avritzer (2019), considerando que a satisfação com a democracia é elemento vital para a sua manutenção, denotam que o Brasil estaria vivenciando, a partir de 2013, uma regressão democrática devido à diminuição do apoio ao regime por amplas camadas da população e de estreitamento de práticas associadas à democracia, havendo forte presença da direita entre os que são favoráveis à ruptura política, questionaram os resultados das eleições de 2014, o sistema de partidos, as principais instituições políticas e o Poder Judiciário. De modo específico e pontual, para Santos (2017), o denominador comum presente entre os protagonistas dos golpes sofridos pela política brasileira nos anos de 1950, 1960 e 2016 é a rejeição ao progresso social e econômico das classes mais vulneráveis.

Com base nas análises realizadas pelos autores acima citados, elaboramos um panorama com os principais indicadores presentes no processo de desconsolidação das democracias modernas, produzindo um diálogo entre eles e suas diferentes perspectivas. Como vimos anteriormente, os autores apontam elementos diferentes como pistas de um processo de desconsolidação democrática.

O primeiro deles é a rejeição ou compromisso instável com as regras democráticas do jogo. Esse aspecto é frequentemente manifestado por candidatos antissistema, que rejeitam a Constituição ou expressam interesse em sua violação com discursos mascarados sobre o combate à corrupção e mais segurança aos cidadãos, o que os levam a serem apoiados por indivíduos que estão cada vez mais descrentes no regime democrático. As táticas utilizadas por tais candidatos ou partidos manifestam-se em prol de medidas antidemocráticas, como suspensão da Constituição, cancelamento de eleições, restrição de direitos civis e políticos básicos, endosso a golpes militares, insurreições violentas ou protestos de massa destinados a forçar mudanças no governo. Especialmente, tentam

constantemente minar a legitimidade das eleições sob falsas acusações de haver fraude no processo eleitoral.

O segundo indicador é a negação da legitimidade dos oponentes políticos, marcada por políticos que descrevem e encaram seus adversários como subversivos e violadores da ordem constitucional vigente. Em seus discursos afirmam que seus opositores são uma ameaça à segurança nacional ou ao modo de vida predominante e que, ao chegarem ao poder, governam em prol dos próprios interesses em detrimento da sociedade ou das minorias. Esse movimento promove ou intensifica o sentimento de desconfiança dos indivíduos em relação ao regime democrático, com preferência aos líderes fortes diante da baixa confiança nos partidos políticos opositores como intermediadores dos interesses entre sociedade e Estado. Tal estratégia ameaça as competições multipartidárias, pois é praticada por políticos que não respeitam e não dialogam com seus opositores e optam em representar somente uma parcela específica da sociedade, excluindo as minorias.

Um terceiro aspecto que compromete a manutenção da democracia e corrobora à sua erosão é a tolerância ou o encorajamento à violência, normalmente perpetrados por *outsiders*. Este elemento pode se manifestar de distintas maneiras, como, por exemplo, apoio às chacinas cometidas pelas forças militares do país, por laços explícitos com gangues armadas, forças paramilitares, milícias ou guerrilhas, pelo estímulo aos seus partidários ou apoiadores para promoverem invasões e ataquem seus oponentes ou recusando-se a puni-los e ainda por elogios a atos significativos de violência política no passado do próprio país ou em outros lugares do mundo.

O quarto ponto de atenção trata da propensão a restringir a liberdade civil de oponentes ou críticos. A intenção é suprimir as manifestações contrárias ao governo, silenciando-os na mídia e atacando jornalistas ou emissoras de televisão ou até mesmo por grupos políticos ou segmentos da sociedade civil, utilizando formas não-tradicionais de fazer política, criando uma forma alternativa em redes sociais, como grupos de WhatsApp, para divulgação de *fake news*. O objetivo desses líderes é a segregação entre “nós” e “eles” através da restrição daqueles que buscam representar, excluindo grupo étnicos e religiosos minoritários e se opondo a visão pluralista da democracia.

E, por fim, deve-se considerar a baixa confiança nas instituições democráticas representativas e a insatisfação com democracia, direitos de minorias e partidos políticos tradicionais. A importância dessa medida é que se trata de um cenário que deve ser observado ao longo dos anos, e não de forma pontual, pois trata de aspectos que são sensíveis aos contextos. Por exemplo, pode ser resultado do agravamento da situação social do país ou de uma onda generalizada de corrupção. Sendo assim, é necessário que a baixa confiança trate de um cenário mais persistente, onde candidatos demagogos populistas se aproveitam do clima de insatisfação constante, normalmente gerado por tensões econômicas ou conflitos sociais, e angariam a confiança dos indivíduos desafetos à democracia e abertos a alternativas autoritárias no poder.

Considerando os indicadores elaborados a partir das teorias formuladas pelos autores apresentados neste artigo, compreendemos que até mesmo as democracias consolidadas são passíveis de erosão. Todos convergem para o entendimento de que o processo de desconsolidação está condicionado aos comportamentos políticos da população. Portanto, para entender a desconsolidação é necessário analisar e compreender a cultura política e o seu papel mediante a construção das orientações subjetivas e avaliativas dos cidadãos sobre o regime democrático.

3.2 CULTURA POLÍTICA E SEUS IMPACTOS SOBRE A DEMOCRACIA

A definição clássica de Almond e Verba (1963) para cultura política remete ao conjunto de orientações subjetivas relacionadas à política entre determinada população, ou

seja, se trata da preocupação com a maneira como valores, crenças, sentimentos e conhecimentos estão relacionados com os comportamentos políticos dos indivíduos. A visão culturalista analisa os efeitos da história de vida do agente, sua socialização na infância, educação, exposição aos meios de comunicação, experiências adultas com o governo, sociedade e com a economia do país, na sua posição subjetiva sobre os elementos que compõem a democracia. É, portanto, uma perspectiva analítica importante, uma vez que a manutenção do regime tem raízes no apoio popular, a chamada legitimidade democrática.

A legitimidade da democracia refere-se à existência de uma espécie de “reservatório” de apoio à democracia, que pode contribuir para superar as insatisfações e desconfianças sobre o regime dentro do próprio jogo democrático, por exemplo com a alternância do poder (SELIGSON; MULLER, 1987; CASALECCHI, 2016). Entretanto, a ausência de um estoque de apoio pelos cidadãos, referente aos princípios, normas e valores inerentes à democracia, dificulta sua sustentação em contextos de crise econômica, política e social (EASTON, 1965; CASALECCHI, 2016).

Sob a perspectiva analítica dos estudos em cultura política, a adesão da população à democracia depende de aspectos relacionados à visão dos indivíduos sobre o que é e como funciona o regime. Os indivíduos apoiam a democracia sob duas perspectivas, a partir de sua percepção abstrata da importância do regime e de sua persistência independentemente de falhas ou problemas (apoio normativo) e das avaliações que realizam sobre o funcionamento das instituições e dos mandatários (apoio específico).

O apoio normativo é visto como a forma mais longa e consistente de relação do indivíduo com a democracia, sendo responsável pela existência de um estoque de legitimidade que consistiria, em termos práticos, em atitudes, valores e comportamentos políticos alinhados com a defesa da democracia e de sua manutenção, a despeito do desempenho recente de suas instituições e atores em postos de poder (EASTON, 1975). A partir da teoria eastoniana elabora-se, por um lado, a ideia de que os atores políticos podem avaliar racionalmente o desempenho das instituições democráticas e lideranças políticas, baseados no modelo difuso ou abstrato, a partir da presença dos valores mais básicos e princípios fundamentais do regime democrático.

Por outro lado, temos o apoio específico, que é concreto, intimamente ligado às avaliações acerca do funcionamento das instituições e do desempenho dos operadores que compõem o regime político em questão. Dessa forma, compreende que a confiança política é impactada e determinada por fatores do próprio contexto, como renda e escolaridade, acreditando que determinados valores presentes em determinadas comunidades podem definir comportamentos em relação às instituições e ao regime democrático de modo geral (EASTON, 1975).

Em outras palavras, o estoque de legitimidade seria, então, a diferença entre o quanto os indivíduos valorizam a democracia como regime político e suas avaliações pontuais sobre o funcionamento da mesma. Dessa forma, se o saldo for positivo, o regime é capaz de se manter legítimo por um período mais longo do tempo, mesmo com avaliações negativas. Contudo, quando há baixo apoio específico por um período prolongado e isto influencia a redução do apoio normativo, a relação dos indivíduos com as bases valorativas e subjetivas da democracia se rompe e o regime passa a estar exposto a riscos em sua persistência (EASTON, 1975).

De um ponto de vista amplo, o apoio ao regime democrático passa, primeiramente, pelo entendimento individual sobre o que é democracia. Existe o pressuposto de um consenso universal sobre o termo, contudo as realidades entre os países e as teorias contemporâneas demonstram a ausência de um único conceito sobre democracia, demonstrando o seu caráter polissêmico (OLIVEIRA, 2017).

A literatura, de maneira geral, reconhece a democracia como um fenômeno de natureza multidimensional. A partir da pluralidade de conteúdos relacionados às

manifestações empíricas do termo democracia, Held (2006) apresentou um estudo destacando inúmeras classificações de regimes democráticos tendo como ponto de partida a antiguidade clássica, até as suas correlações com os regimes mais contemporâneos. Miguel (2007), por sua vez, realizou uma grande revisão teórica sobre a democracia, apresentando um estudo em que explorou cinco teorias democráticas do pensamento contemporâneo: o liberalismo-plurarismo, o deliberacionismo, o republicanismo cívico, o participacionismo e o multiculturalismo. Para as nossas finalidades, nos concentramos nas contribuições das teorias contemporâneas que contemplam os três eixos da democracia - representação, participação e deliberação - e associam o regime democrático à igualdade política, um pensamento herdado das teorias clássicas.

A partir disso, considerando o caráter plural da democracia, as modernas democracias exigiriam, para seu funcionamento, ao menos eleições livres, justas e frequentes para alcançar o requisito de igualdade política, em que a todos os cidadãos devem ser oportunizadas condições para votarem e serem votados (DAHL, 2005).

Nesse sentido, autores como Pitkin (1967), Schumpeter (1975), Pateman (1992) e Dahl (2005) definiram a democracia representativa em termos de competição, participação, liberdade de contestação e a autonomia relativa os atores. Sendo assim, para o estabelecimento de um regime democrático, seria necessário assegurar minimamente as seguintes condições: direito dos cidadãos de escolherem governos por meio de eleições regulares e livres, competitivas e abertas; liberdades de expressão, de reunião e de organização, especialmente de partidos políticos para competirem pelo poder; e acesso a fonte alternativa de informação sobre ação de governos e a política em geral.

Contudo, tais condições não são constantes, de modo que Fuks *et al.* (2016) destacam a relevância central das garantias de manutenção das liberdades individuais e de direito de organização e associação da sociedade civil, em especial dos partidos políticos, dado que por meio destas organizações a pluralidade de concepções de interesses em disputa são expressadas nas arenas decisórias do Estado.

Por sua vez, Tilly (2007), em consonância com Dahl (2001; 2005), afirmou que há outros marcadores que se correlacionam com o desenvolvimento democrático de um Estado, como a riqueza nacional, o tamanho da população, a duração da independência do país e a região geográfica, de modo que a análise do funcionamento dos regimes democráticos possibilitaria analisá-los de modo individual, ao longo do tempo e em comparação, observando em quais momentos se tornaram mais ou menos democráticos, a partir de processos de democratização e desdemocratização.

Em geral, as vertentes teóricas contemporâneas julgam a democracia como positiva, como melhor forma de governo e tentam, substancialmente, associar tal regime com a igualdade política e participação popular. Nesse sentido, nos filiamos ao argumento de Albrecht (2019), que afirma que o que caracteriza a democracia não é uma escolha excludente entre deliberação, participação e representação, mas como essas formulações são entendidas e atuam em relação a igualdade política. Por conta da complexidade que o conceito de democracia possui, a maneira que os indivíduos a compreendem, tanto em termos de valores quanto de procedimentos, constitui um ponto fundamental para construir as bases da legitimidade democrática, que, caso se enfraqueçam ao longo do tempo, possibilitam a desconsolidação por parte de figuras autoritárias que atuam para romper com o regime democrático.

Além desse quadro amplo, os teóricos apontam aspectos individuais e subjetivos que levam os indivíduos a apoiarem mais ou menos a democracia. Um deles é a sofisticação política, relacionada ao desenvolvimento de cidadãos críticos, cuja avaliação negativa sobre o funcionamento das instituições tradicionais e seu afastamento das mesmas estaria relacionado à busca por caminhos menos hierarquizados ou diretos de participação política (NORRIS, 2007). O contexto vivenciado também é visto com um

elemento de peso no crescimento do cinismo dos cidadãos com relação aos valores democráticos, tanto na redução do apoio difuso quanto do apoio específico. Este efeito está pautado, especialmente, na redução do entendimento de que a democracia e os direitos civis e liberdades são essenciais e pelo aumento de avaliações negativas sobre o funcionamento do regime, respectivamente (FOA; MOUNK, 2017b).

Ainda, cabe destacar que a diferença geracional é relevante pelas experiências com regimes antidemocráticos ou autoritários, uma vez que os mais jovens, em termos de faixas etárias, seriam a maioria dos cidadãos críticos, enquanto os mais velhos manifestariam maior apoio ao regime. Na atualidade, o ponto questionável é que cada vez mais os jovens se afastam das instituições democráticas mais hierarquizadas e das formas de participação tradicional por não se sentirem contemplados por decisões políticas e por políticas públicas. Pesquisas realizadas tanto entre estadunidenses quanto entre europeus nascidos após 2000, a geração dos *baby boomers*, a adesão normativa manifesta à democracia é menor do que entre os mais velhos, que experimentaram regimes autoritários ou, ao menos, suas consequências mais diretas (RENNÓ, 1998; INGLEHART, 2016; FOA; MOUNK, 2017b). O problema que surge é que tal distanciamento pode contribuir para que os indivíduos se tornem alheios ou alienados ao funcionamento do regime, uma vez que a participação política e as instituições contribuem com a educação política dos cidadãos.

Por fim, temos as instituições políticas, que não operam no vácuo social, pois influenciam e sofrem influência, em alguma medida, da cultura política da população (GIMENES, 2017). Para combater as características negativas ao funcionamento das democracias, é imprescindível a atuação dos partidos políticos que defendam, de fato, a persistência do regime, respeitando a competição política e o jogo democrático (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), já que os partidos políticos são mediadores das vontades e dos interesses coletivos (FUKE *et al.*, 2016; GIMENES, 2019) e a maneira como a população interage com os partidos políticos influencia no entendimento da importância da representação política, um princípio basilar da democracia.

A observação de todos esses elementos que constituem a cultura política é fundamental para avaliar o reservatório de legitimidade democrática presente em cada país. Como destacado na seção anterior, o processo de desconsolidação está fundamentado na desconfiança e na baixa percepção sobre os riscos que movimentos autoritários, políticos populistas e políticas restritivas de direitos representam para a manutenção do regime.

4 CONCLUSÃO

A partir da Segunda Guerra Mundial, num processo contínuo, a democracia vem ganhando legitimidade universal, tanto que, no Ocidente, seria o único regime político capaz de garantir a aceitação dos governados, mas essa perspectiva vem enfrentado tensionamentos nos últimos anos, ao passo que os estudos sobre a deconsolidação das democracias têm se destacado na agenda da Ciência Política, predominantemente pautados por questionamentos sobre a democracia estadunidense, que estaria apresentando sintomas de crise, como políticos agindo de maneira a desconsiderar parcelas da população em suas tomadas de decisões, governantes tratando seus adversários políticos como inimigos e intimidando a imprensa livre, grupos políticos rejeitando resultados de eleições e as tentativas de enfraquecimento de instituições democráticas.

O declínio da confiança política, combinado com queda na participação convencional, estaria abrindo caminho para o populismo e políticas instáveis, o que se verifica em democracias liberais, onde são identificados sinais de governos autoritários, os quais estão sendo preferidos pela população, de modo que é possível afirmar a existência

de uma tendência à desconsolidação democrática, manifestada especialmente por jovens, em comparação com cidadãos mais velhos.

O fato é que a perspectiva teoricamente construída por autores que defendiam o paradigma da consolidação da democracia, ou seja, a forte crença de que as democracias caminhariam à consolidação por uma “via de mão única” não parece fazer sentido na contemporaneidade, tanto que é pertinente o diálogo teórico e empírico com a literatura sobre comportamento político, pautada por estudos com dados de opinião pública.

Nesse sentido, a opinião pública possui grande relevância para o fenômeno sociopolítico de desconsolidação democrática, pois fatores inerentes à cultura política, como socialização na infância, educação, experiências adultas com o governo, sociedade e economia, refletem nas crenças, valores, sentimentos e conhecimentos dos indivíduos em relação à democracia e, conseqüentemente, sua manutenção, sendo imprescindível que haja um reservatório de apoio dos cidadãos aos princípios, normas e valores democráticos em momentos de crise econômica, política e/ou social, para absorver as insatisfações e desconfianças sobre o governo, garantindo a legitimidade e continuidade do regime.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, N. F. M. M. **Teorias da Democracia: caminhos para uma nova proposta de mapeamento.** **BIB**, n. 88, 2019. Disponível em:
<http://anpocs.com/images/BIB/n88/1017666bib88032019.pdf>. Acesso em 23 maio 2021.

ALMOND, G. A. VERBA, S. **The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations.** Princeton: Princeton University, 1963.

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia.** São Paulo: Todavia, 2019.

BAQUERO, M. **Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo.** São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2001.

BOTELHO, J. C. A.; OKADO, L. T. A.; BONIFÁCIO, R. O declínio da democracia na América Latina: diagnóstico e fatores explicativos. **Revista de Estudios Sociales**, N. 74. 2020. P. 41-57.

CASALECCHI, G. Á. **Legado democrático e atitudes democráticas na América Latina: efeitos diretos, indiretos e condicionais.** Banco de Teses UFMG. 2016.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia.** Brasília: UNB, 2001.

DAHL, R. A. **Poliarquia.** Participação e oposição. São Paulo: USP, 2005.

DIAMOND, L. Enfrentando a recessão democrática. **Journal of democracy**, v. 26, n. 1, 2015. p. 141-155.

EASTON, D. **A system analysis of political life.** New York: Wiley, 1965.

EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. **British Journal of Political Science**, v. 5, n. 4, 1975. p. 435-457.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The democratic disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, 2016. p. 5-17.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. Os sinais da desconsolidação. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, 2017a. p. 1-16.

FOA, R. S.; MOUNK, Y. The end of the consolidation paradigm. A response to our critics. **Journal of Democracy**, 2017b. p. 2-27.

FUKUYAMA, F. Por que a democracia está tendo um desempenho tão ruim? **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, 2015. p. 11-20.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. Á.; GONÇALVES, G. Q.; DAVID, F. F. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, 2016. p.199-219.

GIMENES, É. R. **Eleitores e partidos políticos na América Latina**. Curitiba: Appris, 2017.

GIMENES, É. R. **Estado e políticas públicas**. Maringá: Unicesumar, 2019.

HELD, D. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

INGLEHART, R. F. The danger of desconsolidation: how much should we worry? **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, 2016. p. 18-23.

KAGAN, R. O peso da geopolítica. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, 2015. p. 21-31.

LEVITSKY, S., ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

LEVITSKY, S., WAY, L. A. The myth of democratic recession. **Journal of Democracy**, v. 26, n.1, 2015. p. 45-58.

LINZ, J. Democracy, presidential or parliamentary: Does it make a difference? The perfils of presidentialism. **Journal of Democracy**, n. 1, v. 1, 1990. p. 51-69.

MIGUEL, L. F. **O nascimento da Política Moderna: Maquiavel, utopia, reforma**. Brasília: UnB. 2007.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: UNESP, 2014.

MIGUEL, L. F. **O colapso da Democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. *In*: BOIX, C.; STOKES, S. (ed.). **The Oxford handbook of comparative politics**. Cambridge, U.S.: Oxford University, 2007. p. 628-652.

OLIVEIRA, R. A. de. A era da democracia confusa: análise das medidas de adesão à democracia nas pesquisas sobre comportamento político. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 2, 2017. p. 4-24.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, 2012. p. 53-66.

PITKIN, H. F. Political representation. *In*: PITKIN, H. F. (org.). **The concept of representation**. London: University of California, 1967. p. 209-240.

PLATTNER, M. F. A democracia está em declínio? **Journal of Democracy**. v. 26, n. 1, 2015. p. 5-10.

PUTNAM, R. D. Boliche sozinho: o capital social em declínio na América. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, 1995. p. 65-78.

RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **BIB**, n. 45, 1998. p. 71-92.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SELIGSON, M. A.; MULLER, E. N. Inequality and insurgency. **The American Political Science Review**. v. 81, n. 2, 1987. p. 425-452.

SCHMITTER, P. C. Crisis and transition, but not decline. **Journal of Democracy**. v. 26, n. 1, 2015. p. 32-44.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism e democracy**. New York: Harper Torchbooks, 1975.

STEPAN, A.; SKACH, C. Constitutional frameworks and democratic consolidation: parliamentarism versus presidentialism. **World Politics**, v. 46, n. 1, 1993. p. 1-22.

TILLY, C. **Democracia**. Petrópoles: Vozes, 2007.